Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PAUTA
PARA A 89ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 18, de 2020, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o rito regimental aplicável às manifestações da Assembleia Legislativa no que tange aos benefícios fiscais e financeiros-fiscais aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e ratificados pelo Poder Executivo.

2 - Projeto de lei nº 670, de 2020, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Altera a Lei nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

3 - Projeto de lei nº 671, de 2020, de autoria do deputado Coronel Telhada. Altera o artigo 1º da Lei nº 10.291, de 26 de novembro de 1968, que institui, na Secretaria da Segurança Pública, o Regime Especial de Trabalho Policial para os ocupantes de cargos, funções, postos e graduações indicados.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 39, de 2020, de autoria da deputada Professora Bebel. Susta os efeitos da declaração de déficit atuarial feita pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, de 19 de junho de 2020, que permite a cobrança de contribuição previdenciária majorada pelos aposentados e pensionistas.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 669, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Autoriza o Poder Executivo a implementar o modelo de Escola Cívico Militar - ECIM nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 36, de 2020, de autoria da Mesa. Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 106/20, ratificado pelo Decreto nº 65.277, de 28 de outubro de 2020.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 37, de 2020, de autoria da Mesa. Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 114/20, ratificado pelo Decreto nº 65.277, de 28 de outubro de 2020.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 38, de 2020, de autoria da Mesa. Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 123/20, ratificado pelo Decreto nº 65.277, de 28 de outubro de 2020.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Altera a redação do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.247, de 27 de junho de 2014, corrigindo a tipificação pecuniária da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP.

2 - Projeto de lei nº 668, de 2020, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a Associação Beneficente São Lucas, com sede em Bragança Paulista.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 665, de 2020, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Estabelece prazo de validade indeterminado para o Laudo Médico Pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista - TEA.

2 - Projeto de lei nº 666, de 2020, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Apoio ao Combate ao Câncer Infanto-Juvenil - ABRACCII, com sede em Santos.

3 - Projeto de lei nº 667, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 17.268, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no Estado.

4 - Moção nº 182, de 2020, de autoria do deputado Carlos Cezar. Repudia a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 5668 impetrada pelo PSOL no STF, em razão dos efeitos danosos que traria à sociedade brasileira seu eventual acolhimento pela nossa Suprema Corte.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 664, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Assegura a realização do teste de triagem neonatal na modalidade ampliada a todas as crianças nascidas nos hospitais da rede pública do Estado.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 34, de 2020, de autoria dos deputados Gil Diniz e Major Mecca. Susta o Decreto nº 65.253, de 15 de outubro de 2020, do Poder Executivo.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 35, de 2020, de autoria dos deputados Gil Diniz e Major Mecca. Susta o Decreto nº 65.259, de 19 de outubro de 2020, do Poder Executivo.